

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 009

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE MARÇO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE MARÇO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 417/2002, do senhor Djalmitir da Costa Bessa, Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo,

comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, liberou recursos do convênio com a Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda, no valor de R\$200.000,00 - do Ministério e R\$50.000,00 - Contrapartida, com o objetivo de apoiar a realização do Show Rural - COOPAVEL/2002. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 001/2002, do senhor José Menezes Neto, diretor do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, informando transferência de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 444/2002, do senhor Djalmitir da Costa Bessa, Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, e do Abastecimento, liberou recursos do convênio com a Prefeitura Municipal de Curitiba/PR, no valor de R\$50.000,00 - do Ministério e R\$5.000,00 - Contrapartida, para apoiar a realização da 44ª Festa da Uva de Santa Felicidade. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 015/2002, do senhor João Luiz da Cunha - gerente de Orçamento e Finanças, dando ciência que a Agência Nacional de Águas firmou com o Governo do Estado por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, convênio com o objetivo de promover a gestão integrada dos recursos hídricos no âmbito das bacias hidrográficas do Alto Rio Iguaçu e Alto Rio Ribeira. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 030/2002, do senhor Jorge Kalache Filho, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, comunicando liberação de recursos no valor de R\$104.872,990, destinados ao Governo do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/SEEG/137/2002, do senhor governador do Estado, solicitando que a Mensagem nº 003/2001, de 06 de fevereiro de 2001, e o decorrente Projeto de Lei nº 002/2001, sejam restituídos ao Poder Executivo, para reexame. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2353/2001, do senhor Roberto Lobo Blasi, diretor geral da Secretaria da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Ângelo Vanhoni, que pede esclarecimentos sobre "Contrato ou Convênio entre o Departamento de Trânsito do Paraná e a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores." **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 019/2002, do senhor Roberto Lobo Blasi, diretor geral da Secretaria da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Ricardo Maia, que pede esclarecimentos sobre "Posto do

Corpo de Bombeiros Zona Sul, em Maringá, desativado há três meses”. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 007/2002, do senhor Ramiro Wahrhaftig, secretário do Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em resposta ao pedido de informações requerido pela deputada Luciana Rafagnin, que pede esclarecimentos sobre “Aplicação da Lei nº 12.235, de 24 de julho de 1998”. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Sob o nº 119/2002, do senhor Luiz Carlos Sobânia, secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo deputado Irineu Colombo, que pede esclarecimentos sobre “Hospital Colônia Adauto Botelho”. **Ao conhecimento do deputado interessado.**

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Com as minhas cordiais saudações, comunico-lhes que a deputada Luciana Rafagnin exercerá, a partir de 05/03/2002, a função de líder do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

É-me grato, no ensejo reiterar-lhe as minhas expressões de sincero apreço.

Cordiais saudações.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

(a) HERMES FONSECA

Líder da Bancada do PT

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 276

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 255/2000, para estudos da Mesa Executiva conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 281

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 133/2000 de minha autoria.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 277

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei de nºs 28/2002 e 72/2002, por tratarem de matéria similar, que obriga as operadoras de telefonia que atuam no âmbito do Estado do Paraná a manterem cadastro atualizado de todos os clientes e usuários.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 255

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao douto Plenário, que seja enviado votos de pesar à família da senhora Conceição Aparecida Adão, pelo falecimento do seu esposo, ocorrido no município de Moreira Sales-PR, no dia 23 de fevereiro de 2002.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 259

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar à família Mazzola, pelo falecimento de Carmela Mazzola, que ocorreu no dia 28 de fevereiro de 2002, no município de Medianeira.

Requer ainda, que do presente se dê ciência a Carlos Mazzola, seu irmão, através de correspondência a ser encaminhada, Rua São Paulo, 948, Bairro Nazaré, CEP: 85884-000, Medianeira-PR.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 268

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar à família do delegado da Polícia Civil, doutor Manoel Pedro Mendes de Souza. Ele faleceu neste dia 28 de fevereiro passado, aos 55 anos e deixa esposa e filhos.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Lamentamos o falecimento do doutor Manoel Pedro Mendes de Souza, que durante sua vida, primou pela honradez em todos os setores em que atuou, fundando a sua existência na brilhante carreira de delegado da Polícia Civil, ao falecer aos 55 anos, deixa não apenas

a família enlutada, mas também os companheiros da Polícia Civil e os amigos que o admiravam.

REQUERIMENTO Nº 274

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família Secco, em decorrência do falecimento do senhor Jonathan Rio Branco Secco, ocorrido no dia 03 de março de 2002 às 14h00, no município de Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 278

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata desta Sessão, votos de pesar pelo falecimento do ex-deputado federal, Renato Loures Bueno

Requer mais, que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Renato Loures Bueno, nascido em Palmas, Paraná, em 1925, formou-se médico em Londrina, onde iniciou sua carreira política elegendo-se vereador à Câmara Municipal pela legenda do Partido Republicano em 1955. Em 1958 elegeu-se deputado estadual, reelegendo-se em 1962 e 1966.

Interrompendo a carreira, foi nomeado para o cargo de ministro substituto do Tribunal de Contas do Paraná e, entre outros cargos na área de saúde, foi nomeado secretário municipal da Saúde e Assistência Social de Cascavel.

Voltou à política em 1978, elegendo-se novamente deputado estadual e, em 1982, deputado federal pelo Paraná. Aposentou-se compulsoriamente como médico em 1955, após completar 70 anos.

Dentre suas bandeiras de luta defendeu com intransigência a interpelação do território paranaense e o parlamentarismo como ideal de condução política.

Renato Loures Bueno faleceu em janeiro último, tendo sido alvo de diversas manifestações da sociedade paranaense, enlutada com o falecimento desse ilustre homem público.

REQUERIMENTO Nº 256

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à diretoria e cooperados da Cooperativa de Desenvolvimento e Produ-

ção Agropecuária - Codepa, por ocasião de inauguração de suas instalações, ocorrida no dia 1º de março de 2002, no município de Manguueirinha.

Do aprovado, requer ainda, se dê ciência à diretoria e cooperados da Codepa, em nome do seu diretor-presidente, engenheiro agrônomo, Pedro Dercílio Guessser, parabenizando-os pela brilhante iniciativa, e contribuição para o progresso e desenvolvimento do município e região, no endereço: Rua Duque de Caxias, 352 - CEP: 85540-000 - Manguueirinha-PR.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Cooperativismo no Sudoeste e em todo o Estado do Paraná cumpre historicamente papel fundamental para o desenvolvimento de nossa agricultura e o progresso de nossa região.

O sistema cooperativista tem como princípios básicos o interesse comum e a igualdade de direitos e deveres que norteiam esta sociedade, assim como a busca de novas técnicas para o crescimento do produtor, oferecendo melhores condições de vida aos seus cooperados, garantindo sucesso e respeitabilidade aos seus integrantes.

Com o presente queremos homenagear a brilhante iniciativa de 24 associados, que com garra e determinação, fundaram no dia 1º de março de 2002, a Cooperativa de Desenvolvimento e Produção Agropecuária - Codepa, no município de Manguueirinha, consolidando assim o sistema cooperativista junto à comunidade.

Desejamos a toda diretoria, cooperados e colaboradores da Codepa, sucesso frente a esta nova sociedade, que certamente muito contribuirá para o desenvolvimento de nossa agricultura e para o fortalecimento da comunidade cooperativista do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 257

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos à doutora Maria Tereza Uille Gomes, pela sua eleição e nomeação para o cargo de Procuradora Geral de Justiça do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que dá decisão da Casa, seja dado ciência à doutora Maria Tereza Uille Gomes.

Sala das Sessões, em 04.03.2002

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A promotora Maria Tereza Uille Gomes, foi eleita pela maioria de seus colegas e nomeada pelo Governador, Procuradora Geral de Justiça do Estado do Paraná.

Estamos certos de que nossa expectativa não será iludida e as tradições de honradez que marcaram toda a sua trajetória, serão mantidas com um modelo judicial que tenha por objetivo franquear a todos - sejam fortes ou

fracos, ricos ou pobres, poderosos ou humildes - uma justiça célebre e eficaz, deixando claro a propósito de possibilitar a todos o acesso à justiça e imprimir maior rapidez à solução dos processos.

Justiça é a candente ligação entre o povo e as leis. Cabe assegurar a perfeita aplicação do direito, num misto de celeridade, eficiência e segurança.

Neste momento importante não podemos deixar de mencionar a Defensoria Pública, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, que cumpre importante papel na democratização da justiça. A doutora Maria Tereza Uille Gomes, é a primeira mulher escolhida e nomeada para o importante cargo de Procuradora Geral do Ministério Público. Também é a primeira vez que uma jovem promotora ocupa o cargo até então preenchido por procuradores.

A população paranaense sente-se satisfeita pela escolha da doutora Maria Tereza para presidir a Procuradoria Geral de Justiça do Paraná, cujo nome vem nimbado de uma justa auréola de austeridade. E assim sendo, é com toda a confiança, diremos mesmo, é com todo o carinho que registramos nos Anais da Assembléia Legislativa para que fique gravado para a posteridade.

“Para quem caminha em direção ao sol, é sempre madrugada”.

(Helena Kolody)

REQUERIMENTO Nº 258

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos ao jornal Diário Popular, pela passagem de seus 39 anos de fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao diretor presidente e fundador do referido jornal, Abdo Aref Kudri.

Sala das Sessões, em 04.03.2002

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Diário Popular está completando hoje 39 anos de circulação.

Temos sempre na lembrança uma frase que certo dia ouvimos do saudoso doutor Tancredo Neves: “A imprensa sabe de sua importância e de suas responsabilidades na vida democrática.

O mesmo apoio é o que presta a imprensa livre, mais rigorosa na fidelidade dos fatos”.

Hoje, transferimos essas palavras diretamente ao doutor Abdo Aref Kudri, para que receba e transmita a todos os profissionais participantes do Diário Popular.

O jornalismo é quase um sacerdócio, é uma vocação do bem servir.

A importância do jornal na vida moderna, é indiscutível assim como a sua influência decisiva na sociedade

seja como veículo de comunicação, seja como emissor de cultura, lazer, recreação, etc.

Inegável é também a participação do jornal para o desenvolvimento e o progresso da sociedade em todas as áreas.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste deputado, congratula-se com o jornal Diário Popular, na certeza de que seu diretor-presidente, colaboradores e demais funcionários continuarão na luta para o sucesso cada vez maior desse importante veículo de comunicação.

REQUERIMENTO Nº 260

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Ouro Verde do Oeste, pelo sucesso na realização da 18ª Edição da Festa do Peão de Boiadeiro, ocorrida entre os dias 28 de fevereiro e 03 de março de 2002.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito senhor Carlos Franco, ao vice-prefeito senhor Mansueto Dal Pozzo, e ao presidente da Câmara de Vereadores, senhor Paulo Sérgio Gozzi, por meio de correspondências a serem encaminhadas à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores de Ouro Verde do Oeste - Paraná.

Sala das Sessões, em 04.03.2002

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 261

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao novo presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Entre Rios do Oeste - Acier, senhor Elton Leomar Schaeffer, alusivos à sua posse que ocorreu no último dia 01 de março bem como ao ex-presidente, senhor Élcio José Egewarth pelos trabalhos prestados junto à diretoria da entidade.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente eleito, senhor Elton Leomar Schaeffer e ao ex-presidente senhor Élcio Egewarth, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Amazonas, 743 - CEP 85988-000- Entre Rios do Oeste- Paraná.

Sala das Sessões, em 04.03.2002

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 262

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações aos diretores da

Rádio Independência AM 1020 e à Agência MP, alusivos à realização da palestra sobre o Imposto Único Federal-IUF, proferida pelo deputado federal e empresário Dilceu Sperafico, signatário da proposta, dia 02 de março de 2002, no município de Medianeira.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao diretor proprietário, senhor Moacir Hansen, através de correspondência a ser encaminhada, Avenida Pedro Socol, 452, CEP: 85884-000, município de Medianeira-PR.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 264

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, de votos de congratulações à juíza de Direito, doutora Sônia Regina de Castro, promovida recentemente ao Tribunal de Alçada.

Sala das Sessões, em 04.03.2002

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A doutora Sônia Regina de Castro, ao longo de sua vida na magistratura paranaense semeou serenidade, imparcialidade e disciplina estrita aos pressupostos emanados das leis. Por todos os lugares onde passou, deixou a marca da sua personalidade, exemplo de retidão e sensibilidade. É inteiramente justo prestar uma homenagem a uma pessoa que soube granjear simpatia e respeito, como pessoa e profissionalmente.

À Assembléia Legislativa que é a Casa do povo do Paraná, cabe reconhecer os feitos e em nome do povo, render os tributos que as pessoas fazem jus. Daí o presente reconhecimento e por isso solicito o apoio dos nobres pares à solicitação em questão.

REQUERIMENTO Nº 265

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Assembléia Legislativa de votos de congratulações ao juiz de direito, doutor Paulo Roberto Hapner, promovido recentemente ao Tribunal de Alçada.

Sala das Sessões, em 04.03.2002

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Doutor Paulo Roberto Hapner, destacou-se no judiciário, especialmente atuando na região Oeste do Paraná, Magistrado de fino trato, com grande sensibilidade, exerceu com maestria as funções de juiz, julgando com serenidade e zelo, promovendo a justiça, e por isso, ao longo de sua vida, foi adquirindo o respeito e credibilidade de todos os setores da comunidade. Não se omitiu e participou ativamente da vida social.

Ajudou entidades sociais, mostrando um novo jeito de lidar no mundo forense.

Na verdade pode-se dizer que o magistrado em tela foi um revolucionário no Poder Judiciário, pois até então, o que se conhecia era o juiz conservador, fechado, sem comunicação com a sociedade, o doutor Paulo Hapner mudou essa realidade, sem deixar de ser justo, sério, firme e implacável nas suas decisões. Jamais confundiu a função que exercia com suas amizades. Daí o respeito que possui não só na esfera do Poder Judiciário como de todos que o conhecem.

A Assembléia Legislativa do Paraná precisa render homenagens a pessoas que se destaquem na sua vida, em qualquer setor e por isso estou pedindo apoio aos nobres pares para a aprovação do requerimento em questão.

REQUERIMENTO Nº 253

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam registrados nos Anais desta Casa, votos de louvor ao escritor paranaense Luiz Antonio Kavalli.

Historiador, professor e pesquisador, Kavalli é autor de diversos trabalhos publicados, com milhares de cópias vendidas em todo país. Em seus livros e artigos, apesar da visão macro, sempre destaca nossa terra, especialmente Foz do Iguaçu, lugar onde viveu durante muitos anos a serviço da Força Aérea Brasileira.

Sua principal obra, *Celéstis*, está na segunda edição e foi adotado por mais de 40 instituições de ensino de segundo e terceiro graus.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento cultural do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO Nº 254

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam registrados nos Anais desta Casa, votos de louvor aos irmãos empresários Everton Muffato e Ederson Muffato, de Cascavel.

Empresários do setor supermercadista, os jovens estão à frente de uma das mais promissoras empresas, genuinamente paranaense. A ampliação no número de lojas da família reverte-se na geração de mais empregos e impostos, promovendo o desenvolvimento social do Paraná.

A presente proposição tem o objetivo de, através da manifestação da Assembléia Legislativa do Paraná, tornar público o reconhecimento dos paranaenses a

quem, de modo meritório, trabalha em favor do engrandecimento cultural do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

(a) SÉRGIO SPADA

REQUERIMENTO N 270

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Clube dos oficiais da Polícia Militar do Paraná, pela comemoração de seus 42 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Paraná foi fundado em data de 22 de fevereiro de 1959, em virtude da fusão dos Clubes Centro Hípico da Polícia Militar, Clube de Esgrima Comandante Brenno Perneta, Clube de Boliche 10 de agosto e Clube Moby Dick.

Com o objetivo de promover atividades de caráter social, artísticas, culturais, cívicas, recreativas e desportivas, tem sido um local de conagração dos policiais militares, abrigando em sua infra-estrutura local apropriado a essas finalidades.

O Clube dos Oficiais como é mais conhecido é um dos orgulhos da corporação e muito freqüentado por todos os integrantes da Polícia Militar que para o local levam seus familiares para o convívio social sadio.

Pela comemoração de seus gloriosos 42 anos de existência, receba o seu Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Paraná (Rua Frei Henrique de Coimbra, 1011 - Vila Hauer - 81630-220 - Curitiba/PR), através de seu Presidente - Ten. Cel. Nemésio Xavier de França Filho, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO N 271

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto plenário, o envio de votos de congratulações à Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná - FETRANSPAR, pela posse de sua nova diretoria.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Fetranspar - Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado do Paraná, deu posse à sua nova diretoria para o triênio 2002/2004 e cujos mandatos iniciaram-se em data de 1º de janeiro do corrente exercício.

A nova diretoria ficou assim constituída:

- Presidente: Luiz Anselmo Trombini (Setceguar)

- 1º Vice-presidente: Ademar Correia da Silva Barbosa (Sindiponta)

- 2º Vice-presidente: Saulo Ivo Lamb (Sindifoz)

- 1º Diretor Financeiro: Valter Luiz Montanger (Sindivale)

- 2º Diretor Financeiro: Carlos Antonio da Silva Vieira (Setceguar)

- Diretores Efetivos:

Josmar Richter (Sindiponta)

Arthur José Finger (STROPR)

Ascânio José Butzge (Sintratol)

José Renato Buturi (Sindiponta)

- Diretores Suplentes:

Massayoshi Siraichi (Setcamar)

Ulcir Pinzon (Sindivale)

Edvaldo Correia (Setcamar)

- Membros Efetivos do Conselho Fiscal:

Ademir Alberto Fhurmann (STROPR)

Reinaldo Gabriel Neto (Setcamar)

Celço Malacame (Setcsupar)

- Membros Suplentes do Conselho Fiscal:

Darci Zem (Sintratol)

Ivan Carlos Roso (Setcsupar)

José Arcângelo Vendramin (Sindifoz)

Pela posse, com, desejo de sucesso na nova gestão, receba a nova diretoria da Fetranspar (Rua Almirante Gonçalves, 1966 - Rebouças - 80250-150 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO N 272

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Diário Popular, pela comemoração de seus 39 anos.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 04 de março de 1963, o Diário Popular começava a circular no Paraná. Nascido às vésperas do famoso Golpe de 64, o jornal criado para falar sobre a realidade policial e o universo esportivo, trilhou, ao longo desses 39 anos um caminho brilhante, uma trajetória repleta de sucessos, primando sempre pela sua postura imparcial e crítica, mantendo uma linha independente e séria, com elevada qualidade editorial.

Como a maioria dos veículos de comunicação o Diário Popular passou por reformas, acompanhando a evolução tecnológica: em 1986 foi preparada a fase colorida, inaugurada a 8 anos depois (em 1994); em 1996 já se haviam aposentado todas as máquinas de escrever do jornal, que já contava com modernos computadores e softwares para composição editorial e diagramação.

O jornal Diário Popular, lido diariamente por milhares de paranaenses, possui, dentre suas principais publicações, "Os Melhores do Ano", publicada anualmente há 33 anos, que traz personalidades que se destacaram em suas áreas de atuação. Outra promoção do

jornal é o “Chuteira de Ouro” publicada no mês de junho e que destaca os melhores do futebol paranaense e nacional. Há 4 anos, o jornal lançou o Popular esportivo que circula aos domingos e cujo carro-chefe é o futebol.

O Diário Popular é referência em todo o Estado. Na nossa capital é comum vermos diariamente pessoas se acumulando em portas de bancas de revistas para ler suas manchetes. Com uma diagramação que permite a leitura fácil, o jornal aborda os mais diversos temas, o que torna a sua leitura diária obrigatória porque quer estar por dentro dos acontecimentos.

Ao jornal Diário Popular, pela comemoração de seus 39 anos, através de seu diretor-presidente Sr. Abdo Aref Kudri (Rua XV de Novembro, 1190 - Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N 273

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto plenário, o envio de votos de congratulações à Empresa Pluma Conforto e Turismo pela comemoração de seus 36 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 04.03.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Pluma Conforto e Turismo está completando 36 anos de fundação. Fundada em fevereiro de 1966 pelo empresário Dorvalino Galiotto, a empresa é líder de mercado na região Sul do País e tem se destacado neste competitivo setor por suas iniciativas pioneiras, introduzindo permanentemente em sua operação diferenciais de qualidade, visando a satisfação de seus clientes e a excelência de seus serviços.

Atuando no setor de transporte rodoviário de passageiros, de cargas e encomendas, fretamento turístico e como operadora logística, a Pluma conta com uma frota de mais de 500 veículos entre ônibus, caminhões, vans e carros de apoio. A empresa opera no Brasil com mais de 70 linhas e ainda está presente em três países do Mercosul: Argentina, Chile e Paraguai.

Mas esta potência empresarial em que a Pluma se transformou não aconteceu de um dia para o outro. Ela começou suas atividades com 170 funcionários e 34 ônibus em sua frota. De sua fundação para cá, sempre sob o comando de Dorvalino Galiotto - um gaúcho de Flores da Cunha, ativo e trabalhador - a Pluma cresceu: hoje conta com 1.350 funcionários e uma frota de 500 veículos. Opera em cerca de 70 linhas no setor de transporte rodoviário de passageiros, atende mais de 200 cidades nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, além das linhas internacionais. Transporta atualmente cerca de 2 milhões de passageiros/ano e roda aproximadamente 40 milhões de quilômetros/ano. Só

no setor de encomendas, a Pluma atende mais de 900 cidades no Brasil.

Mesmo com o falecimento de seu fundador, a Pluma continua sendo referência em transporte e é um dos orgulhos da nossa cidade e do nosso Paraná. Pela comemoração de seus gloriosos 36 anos de fundação, receba a empresa Pluma Conforto e Turismo, através de seu diretor - senhor José Octavio de Mello (Avenida Presidente Afonso Camargo, 850 - Curitiba/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 275

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de congratulações ao Bispo Dom Laurindo Guizzardi, pela posse na Arquidiocese, ocorrida em 03 de março de 2002 no município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04.03.2002

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO N° 279

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, solicitando uma cópia de inteiro teor, da auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 04.03.2002

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, realizou recentemente uma auditoragem na Prefeitura Municipal de Nova Aurora.

Como representante do município na Assembléia Legislativa do Estado, com muita frequência visito aquela cidade e reiteradas vezes sou abordado pela população que indaga sobre o resultado da peritagem feita nas contas daquele Executivo.

Deste modo, com o intuito de poder dar uma satisfação aos constantes questionamentos, solicito uma cópia da auditoria para um estudo pormenorizado, visando assim dar informações com conhecimento de causa e balizado pelos pareceres formulados por profissionais competentes.

REQUERIMENTO N° 280

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao presidente do Tribunal de Contas do Estado, solicitando que seja encaminhado para esta Casa, o relatório das irregularidades

levantadas pela Quarta Inspeção de Controle, nas Universidades Estaduais do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.03.2002

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Recentemente a Quarta Inspeção de Controle do Tribunal de Contas, realizou auditoria nas Universidades Estaduais do Paraná. Seria de bom alvitre que fosse participado aos deputados estaduais do resultado obtido pelo corpo técnico daquela Corte de Contas, procedimento que facultaria cada parlamentar acompanhar de perto eventuais irregularidades e na qualidade de lícitos representantes do povo, fiscalizar pormenorizadamente o dia-a-dia das nossas universidades estaduais.

REQUERIMENTO Nº 251

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido da senhora Sônia Guimarães Schafhausen, residente à Rua Antonio Meirelles Sobrinho, nº 730 - Bairro Cajuru, que solicita o destacamento de policiais de trânsito a fim de orientar a travessia de pedestres e alunos em frente às Escolas Estaduais Maria Aguiar e Oriental República do Uruguai, localizadas à Av. Presidente Afonso Camargo, nº 3.407, nos seguintes horários: das 7 às 7h45min, das 11h40min às 12h15min, das 13h às 13h45min e das 17h15min às 18h. Esses horários são críticos e muitos pedestres e alunos necessitam de orientação face o local ser muito movimentado e propenso a ocorrência de acidentes.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente, pelo telefone 267-6228.

Sala das Sessões, em 04.03.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 252

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Profª Irene de Oliveira Correia, na Vila Leão - Bairro Novo Mundo, os quais pedem policiamento ostensivo, em regime de urgência, em toda a região.

Inúmeros arrombamentos nas residências vêm ocorrendo com grande incidência, inclusive afugentando os moradores locais que estão todos praticamente, colocando residências à venda. A situação é crítica e necessita da presença de policiais que venham proporcionar segurança à população. Vários boletins de ocorrências já foram feitos pelos moradores que tiveram suas residên-

cias arrombadas e eles imploram por providências urgentes e que acabem definitivamente com o problema.

Sala das Sessões, em 04.03.2002

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 267

Senhor Presidente:

O deputado adiante firmado, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, a consignação nos Anais da Sessão desta data, e o conseqüente encaminhamento, dos cumprimentos desta Casa Legislativa ao senhor Luiz Grando, prefeito municipal de Pato Bragado, pela sua posse como presidente da Associação dos Municípios Turísticos do Paraná - Amatur, no último dia 27 de fevereiro.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por manifestação deste Parlamentar, formula ao novo presidente da entidade antes mencionada, uma profícua gestão e largo sucesso no exercício da presidência assumida.

Do aprovado, requer-se que seja dado ciência ao novo presidente da Amatur, enviando correspondência à Prefeitura Municipal de Pato Bragado - Paraná - CEP 85948-970.

Sala das Sessões, em 04.03.2002

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 269

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER à Casa, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado a S. Exa. o senhor Wilson Justus Soares, secretário de Estado dos Transportes, a sugestão para que se elabore e se execute um Programa Permanente de Conservação para as estradas não pavimentadas, discriminadas a seguir:

- . Estrada que liga Rio Branco do Sul a Cerro Azul;
- . Estrada que liga Cerro Azul a Doutor Ulisses;
- . Estrada que liga Cerro Azul a Tunas do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.03.2002

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

Se olharmos um mapa atual do Estado do Paraná verificamos que em relação às demais regiões do Estado, parte da região Leste é a que mais necessita de investimentos públicos.

A maioria das cidades que não tem acesso asfaltado encontra-se nesta região.

Assim, o que sugerimos visa a melhorar as condições das estradas que dão acesso às referidas cidades de forma a assegurar permanentemente estradas em bom estado de conservação, garantindo segurança aos seus usuários, evitando quebras ou desgastes excessivos dos veículos, melhorando e barateando os fretes para o escoamento da produção.

Registre-se, ainda, como razão fundamental para a implantação do Programa, o contraste de um Estado, com

regiões onde todas as estradas são pavimentadas e essa, sem nenhuma estrada nas mesmas condições.

Por isso pedimos o apoio de todos os pares desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 266

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de pedido de informações ao Secretário de Estado do Governo, senhor José Cid Campêlo, solicitando o que segue:

01. Qual a data inicial do contrato de locação da aeronave Citation V Ultra, que é usada pelo governador do Estado?

02. A forma de pagamento adotada pelo Executivo Estadual, ao (s) proprietário (s) da aeronave em questão, é mensal, hora de voo ou Km percorrido?

Enviar relatório mês a mês com a forma de pagamento e os valores das despesas pagas pelo Governo à empresa contratada desde o início da locação até a presente data.

03. Qual a modalidade adotada para contratar a empresa que presta os serviços de táxi aéreo ao Governo do Estado?

04. Quem é proprietário (s) da empresa que presta tais serviços?

05. durante a vigência do contrato de locação, houve mudanças no contrato social da empresa prestadora dos serviços de táxi aéreo?

06. Se houve, quais foram essas mudanças?

07. Quantas aeronaves próprias o Governo do Estado possui hoje em sua frota?

Descrever modelo e ano de fabricação.

08. Quando foram utilizadas essas aeronaves de propriedade do Governo do Estado, nos últimos sete anos?

Descrever o número de horas de cada aeronave mês a mês.

Sala das Sessões, 04.03.2002

(a) NEREU MOURA

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao deputado Nereu Moura no Horário do PMDB.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente e senhores deputados. Hoje os funcionários da Secretaria da Agricultura do Paraná deflagraram uma greve. É uma greve que trará consequências funestas ao nosso Estado. É uma greve extremamente preocupante.

Ocorre que há seis anos os funcionários da Secretaria de Estado da Agricultura estão buscando melhorias na sua condição de trabalho, buscando melhorias ou

reposição salarial, e infelizmente, o Governo Jaime Lerner faz ouvidos moucos, se faz de rogado, promete e não cumpre, não viabiliza o que os funcionários da Secretaria da Agricultura pleiteiam, para fazer com que seu trabalho se torne mais viável, mais positivo e que atenda aos interesses do povo do Estado do Paraná.

A greve é inteiramente justa. Nós pudemos acompanhar inúmeras rodadas de negociações, sempre acalorando a esperança de que o Governo iria tomar as providências para resolver o problema dos funcionários da SEAB do Paraná. Todavia, “tudo ficou como dantes no quartel de Abrantes” e os funcionários “chupando o dedo”!

Não tendo outra alternativa, deflagraram a greve no dia de hoje, para preocupação do setor produtivo do Paraná, senhor presidente, porque com a greve dos funcionários da SEAB transtornos variados irão ocorrer no Paraná inteiro, como por exemplo, a falta da guia de transporte de animal, a tal do GTE, o combate à febre aftosa, o combate às doenças das mais variadas, tudo isso está comprometido com a greve da Secretaria da Agricultura!

Em contato que tivemos com os funcionários da SEAB, ficamos estarrecidos com a condição de trabalho, com a situação de penúria na qual vive aquela Secretaria tão importante para o Estado do Paraná. A SEAB, na verdade é uma verdadeira casca, é uma perfumaria, porque o Governo não tem tratado com responsabilidade este que é um departamento tão fundamental para o progresso do Paraná, porque mexe com a agricultura.

Os funcionários da Secretaria da Agricultura do Paraná estão com seus salários defasados em 62,82%.

Pleitea-se, efetivamente, a reposição salarial. Pleitea-se condições de trabalho que hoje estão deterioradas e por isso os funcionários resolveram entrar em greve, e uma greve preocupante.

Segundo os funcionários da Secretaria da Agricultura, a situação funcional do Paraná é muito pior do que a do Rio Grande do Sul, do que de Santa Catarina.

Existe uma deficiência fantástica, como por exemplo, o município de Foz do Iguaçu, fronteira com o Paraguai, não tem médico veterinário para fazer a fiscalização e todos nós sabemos que o Paraguai é um foco permanente da febre aftosa. O município de Guaíra, fronteira com o Mato Grosso e com o Paraguai, também não tem fiscalização.

A fiscalização é precária, enfim, a Secretaria da Agricultura do Paraná vive capenga graças ao empenho, à determinação dos seus servidores que não são respeitados, que não são, na verdade, valorizados pelo governo. Esses técnicos, servidores, agrônomos e veterinários, verdadeiros baluartes, doam a sua própria vida pelo Paraná.

Não recebem por parte do governo o respeito que deveriam ter, e não tendo outro caminho, deflagraram no dia de hoje, e esta greve vai ter consequências penosas para o nosso Estado que é um celeiro da agricultura, que é produtor, que tem dado uma contribuição fantástica

para este país, em função da agricultura, senhor presidente.

Por isso, quero aqui apelar para a Assembléia Legislativa, à Comissão de Agricultura, para que nós possamos intervir junto ao Governo do Estado, possamos chamar aqui os técnicos da Secretaria da Agricultura, possamos encaminhar uma solução impedindo que a greve, hoje iniciada, possa ter um resultado extraordinariamente catastrófico para o Estado do Paraná que não tem preocupado o governador Jaime Lerner, que não tem preocupado autoridades que hoje governam o nosso Estado, mas eu, que sou do interior, que tenho ligação com a agricultura, estou aqui falando preocupado, porque sei perfeitamente o grande estrago que acontecerá no nosso Estado.

Se esta greve não for encaminhada para o seu fim com rapidez, a nossa agricultura e o Paraná pagarão pesado, o saldo será terrível, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

PFL, PSDB, PTB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição. (**Declinaram**).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Hermes Fonseca, na qualidade de líder do PT, constante do expediente, indicando o nome da deputada Luciana Rafagnin parta exercer a liderança do Partido dos Trabalhadores nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/2000, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar e implantar um Posto do Corpo de Bombeiros com sede no município de Tibagi, Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Em votação a emenda. **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 428/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo autorizar o

Poder Executivo a criar e implantar um Posto do Corpo de Bombeiros com sede no município de Tibagi, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da emenda apresentada em plenário, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à emenda de plenário.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

Apoiamento:

Duílio Genari, José Maria Ferreira, Eli Ghellere, Orlando Pessuti, Algaci Tulio, Marcos Isfer e Antonio Carlos Belinati.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 608/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Tupãssi, com sede e foro no município de Tupãssi, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 619/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos de Jotaesse, com sede e foro no município de Tupãssi. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 622/2001, de autoria do deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Cruzeiro do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 654/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores do Alto do Riozinho, com sede no município de Farol e foro no município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 688/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães da Comunidade da Fazenda Mazurana, com sede e foro no município de Dois Vizinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 689/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Quitandinha, com sede em Quitandinha e foro em Rio Negro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 697/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite do Barro Preto - APLEBP, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que proíbe as operadoras de telefonia fixa, de cobrarem os serviços de valor adicionado e DDI sobretarifado, nas contas telefônicas do Estado do Paraná, sem que haja prévio e expresso assentimento do titular da linha e dá outras providências. COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CF E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/99, de autoria do deputado Sérgio Spada, que torna obrigatório a exibição de informações sobre o turismo no Paraná nas telas das salas de projeções situadas no Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CT. (**Publ. no DA nº 005/99, de 23/02/99**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 006/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 006/99, de autoria do deputado Sérgio Spada, torna obrigatório a exibição de informações sobre o turismo no Paraná nas telas das salas de projeções situadas no Estado.

Sob o aspectos da constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do projeto de lei, solicitando, contudo, que o mesmo seja enviado à Comissão de Turismo.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 006/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 006/99, de autoria do deputado Sérgio Spada, torna obrigatório a exibição de informações sobre o turismo no Paraná nas telas das salas de projeções situadas no Estado.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais legais e de técnica legislativa.

Esta Comissão, chamada à manifestação de acordo com o parágrafo 7º do artigo 33 do Regimento Interno, nada encontrou que pudesse obstar sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Do exposto, opina esta Comissão favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10.10.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI
Presidente e Relator

COMISSÃO DE TURISMO
PROJETO DE LEI Nº 06/1999

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Sérgio Spada, tem objetivo tornar obrigatório a exibição de informações sobre o turismo no Paraná nas telas das salas de projeções situadas no Estado.

Sobre a matéria já podemos observar o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, bem como da Comissão de Educação, Cultura e Esportes.

Chamada a opinar esta Comissão de Turismo, de acordo com o que preceitua o Regimento Interno desta Casa, verificamos, como consta da justificativa do projeto em tela, que o turismo, além de gerar empregos, incentiva as pessoas a conhecer as belezas de nosso território.

Diante do exposto, somos compelidos a emitir nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.11.2001.

(a) CHICO NOROESTE
Presidente e Relator

Aprovado.

Convido o nosso presidente Hermas Brandão para que assuma os trabalhos desta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/2000, de autoria do deputado Edgar Bueno, que institui Certificado de Responsabilidade Empresarial - CRE, que será conferido anualmente a empresas estabelecidas no Estado do Paraná, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. (**Publ. no DA nº 100/2000, de 10/08/2000**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 255/2000

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edgar Bueno, visa instituir Certificado de Responsabilidade Empresarial - CRE, que será conferido anualmente a empresas estabelecidas no Estado do Paraná, e dá outras providências.

Autuada em 10/08/2000, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 33 do Regimento Interno.

Fundamentação

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar, estudando a matéria, houve por bem sugerir que esta proposição seja transformada em projeto de resolução e remetida à Comissão Executiva, que opinará sobre a matéria.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela remessa da presente proposição à Comissão Executiva.

Sala das Comissões, em 10.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO BARATTER - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 255/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 255/2000, de autoria do deputado Edgar Bueno, institui Certificado de Responsabilidade Empresarial - CRE, que será conferido anualmente a empresas estabelecidas no Estado do Paraná.

O projeto de lei foi inicialmente submetido à Comissão de Constituição e Justiça, e essa “houve por bem sugerir que esta proposição seja transformada em projeto de resolução e remetida à Comissão Executiva, que opinará sobre a matéria.”

O projeto de lei que a CCJ acertadamente pretende transformar em Resolução da Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, cria o chamado Balanço Social das Empresas.

O Balanço Social das empresas, nos termos do artigo 2º do Projeto de Lei, é “o relatório pelo qual as empresas apresentam resultados de atuação social positiva durante o exercício, devendo constar, entre outros itens: qualidade de suas relações com empregados, cumprimentos das cláusulas trabalhistas e sociais, participação dos trabalhadores nos resultados econômicos, possibilidades de desenvolvimento pessoal, formas de interações da empresa com as entidades sociais da comunidade, iniciativa voltada à preservação do meio ambiente, investimento em curso de motivação pessoal e capacitação profissional de seus funcionários.”

A presente proposição é inovadora, pode permitir aplicação mais efetiva das regras constitucionais, que dispõem sobre os chamados direitos sociais (artigo 6º da Constituição Federal), atende aos interesses do comércio e das indústrias em geral e não vai aumentar os custos ou despesas das empresas.

Nestas condições, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio dá parecer favorável ao Projeto de Lei nº 255/2000 e está de acordo com sua normal tramitação como resolução, nos termos apresentados no parecer da CCJ.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
CEZAR SILVESTRI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, para estudos da Mesa Executiva, conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça. **Aprovado.**

Fica portanto, retirada para estudo.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 024/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palmas, que autoriza o Poder Executivo a isentar da alíquota de ICMS os medicamentos de uso contínuo destinados a cardíacos, hipertensos e diabéticos. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. PARECERES FAVORÁVEIS DA CF e SP. (**Publ. no DA nº 005/2001, de 22.02.2001**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 24/2001

P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que “autoriza o Poder Executivo a isentar da alíquota de ICMS os medicamentos de uso contínuo destinados a cardíacos, hipertensos e diabéticos”.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar, nosso parecer é contrário a este projeto de lei, pelos seguintes fundamentos:

Reza o artigo 150, parágrafo 6º, da Constituição Federal:

“Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 6º - Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no artigo 155, § 2º, XII, “g”.”

E ainda

“Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

§ 2º - O imposto previsto no inc. II atenderá ao seguinte:

XII - cabe à lei complementar:

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estado e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.”

Assim, senhor presidente, parece-nos claro que sendo a isenção aqui proposta benefício fiscal, somente poderá ser concedida por deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária, mas conhecido como CONFAZ, conforme texto constitucional acima transcrito.

Posterga ainda, norma infraconstitucional, Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975, que dispõe sobre os convênios para concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, em seu artigo 1º, parágrafo único, inciso I e IV e artigo 2º que dispõe:

“Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênio celebrados e retificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

IV - a quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiros-fiscais, concedidos com base no imposto de circulação de mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;

Art. 2º - Os convênios a que alude o artigo 1º, serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal sob a presidência de representantes do Governo Federal.

Ademais, a recente Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, dispõe de uma seção somente dedicada à renúncia de receita.

“Art. 14 - A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentários-financeiros no exercício em que

deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstos no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias.

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º - O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV, e V do artigo 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Ora, o entendimento de renomados juristas de que a renúncia fiscal fere a situação normal em que já foi estampado tanto na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, quanto na Lei Orçamentária Anual - LOA, a expectativa de arrecadação e recolhimento da receita e, por consequência, resulta de maneira indireta numa frustração de atendimento de alguma necessidade social, também é comungado por esta relatoria.

E nem se diga que trata-se de projeto autorizatório.

No caso em tela, o projeto de lei autoriza o poder executivo a tomar determinada providência, que é de sua competência exclusiva; é inconstitucional.

A forma autorizativa de que se reveste o artigo 1º do projeto de lei em apreço, tem o efeito de superar a sua inadmissibilidade por impropriedade de iniciativa.

Não sei onde encontrar fundamento legal para sua apresentação, pois, mesmo aprovado, não cria uma obrigação para o Poder Executivo. É mera redundância autorizar o que já está autorizado pela Constituição.

Apenas *ad argumentandum*, numa hipótese de aprovação deste projeto, qual a sanção que sofreria o Executivo pelo seu não cumprimento? Nenhuma.

Assim, diante dos óbices apontados o parecer é pela ilegalidade e inconstitucionalidade do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 16.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 024/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a isentar da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.

Sobre a matéria podemos constatar o pronunciamento Contrário da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 22 do Regimento Interno, observamos que não existe nenhum óbice quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, mesmo porque, constatamos que com a isenção proposta, teríamos um significativo barateamento dos medicamentos, mais precisamente para aquela faixa de pacientes que se utiliza destes medicamentos de uso contínuo, como os cardíacos, hipertensos e diabéticos.

Desta forma, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 024/2001

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 24/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, autoriza o Poder Executivo a isentar da alíquota do ICMS os medicamentos de uso contínuo destinados a cardíacos, hipertensos e diabéticos.

A matéria apesar de autorizatória, possui mérito indiscutível.

Como se observa de informação emitida pela Secretaria de Estado da Saúde, constante do processo em análise, 15% da população paranaense sofre de hipertensão, 9% de diabetes e 20% de cardiopatias. Segundo estimativa da referida Secretaria 1.350.000 pessoas, no Paraná, poderiam consumir algum tipo de anti-hipertensivos. Entre os diabéticos, 10% são dependentes da insulina e 90% fazem uso de antiglicemiantes orais. Em relação às doenças cardíacas, 1.800.000 pessoas podem usar cardiotônicos, diuréticos e anti-arrítmicos.

Portanto, nada mais justo do que conceder a essa considerável parcela da população, doentes crônicos, condições de adquirir medicamentos a preços mais acessíveis.

Isto posto, no âmbito de competência desta Comissão, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 024/2001.

Sala das Comissões, em 28.11.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Este projeto de nossa autoria reveste da maior importância para todas as pessoas portadoras de doenças, que precisam de medicamentos de uso contínuo. Por exemplo: os cardíacos, diabéticos e hipertensos.

Todos sabem que a realidade das acometidas dessas doenças é muito dura, principalmente essas doenças crônicas degenerativas atingem geralmente os mais velhos, com salários e aposentadorias defasadas. E eles têm grande dificuldade para adquirir medicamentos que precisam consumir diariamente.

Nós tivemos observando aqui, senhor presidente, o parecer das Comissões, a CCJ deu parecer contrário alegando perda de receita e isso já implica em Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas, na realidade, essa economia, essa queda na receita do ICMS sobre esses medicamentos com certeza vai ser compensada com a economia que o governo fará na área da saúde, no atendimento da saúde dessas pessoas que ficam com problemas de glaucoma, de hipertensão, diabetes e tudo mais.

Então, por isso eu pediria aos nobres pares que dessem mais uma vez um apoio a este projeto, para que o mesmo seja aprovado, porque essa economia de 25% de ICMS com certeza vai baratear os medicamentos e vai fazer com que as pessoas não deixem de tomar os seus remédios; com isso eles podem prolongar as suas vidas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com parecer contrário da CCJ, nós temos que fazer a votação inversa.

Os deputados que aprovam o projeto do deputado Divanir Braz Palma, queiram levantar-se. **Aprovado.**

Está **Aprovado** em 1ª Discussão.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a designar 20% da sua verba destinada aos meios de comunicação oficial, para veicular propaganda de eventos e/ou atividades vocacionais de cada região do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 008/2001, de 06.03.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 029/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, visa autorizar o Poder Executivo a designar 20% da sua verba destinada aos meios de comunicação oficial, para veicular propaganda de eventos e/ou atividades vocacionais de cada região do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASILIO ZANUSSO - Presidente

CHICO NOROESTE - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 029/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em tela autoriza o Poder Executivo Estadual a designar 20% da sua verba destinada aos meios de comunicação oficial para veicular propaganda de eventos e/ou atividades vocacionais de cada região do Estado do Paraná.

Ressaltamos o mérito do projeto pois visa a melhor distribuição da verba do Executivo destinada a publicidade. A designação de 20% dessa verba para a divulgação das atividades desenvolvidas em cada região do Estado só trará benefícios, seja no desenvolvimento destas regiões com a melhoria da arrecadação de ICMS, bem como e principalmente na melhoria da qualidade de vida dos moradores destas regiões do Estado, através da geração de empregos nos diversos setores e atividades.

Assim, nosso parecer é favorável ao projeto.

Sala das Comissões, em 09.05.2001

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 29/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, autoriza o Poder Executivo a designar 20% da sua verba aos meios de comunicação oficial para veicular propaganda de eventos e/ou atividades vocacionais de cada região do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua tramitação por essa Casa de Leis. Assim sendo, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.06.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Presidente e Relatora em exercício

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/2001, que institui no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNSEG, de personalidade jurídica única, com um só

título de receita, caixa, patrimônio e de escrituração contábil, conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ no DA nº 059/2001, de 15/05/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 178/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Fundo Estadual de Segurança Pública - FUNSEG.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Em votação.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, pela Comissão de Economia, nós somos relatores deste projeto, e pedimos à Secretaria de Estado da Segurança esclarecimentos sobre alguns pontos, e até agora não obtivemos a resposta.

Então, eu pediria a V. Exa. que retirasse da pauta este Projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Realmente, como não tem o Parecer da Comissão de Finanças, nós o retornamos à Comissão de Finanças. Deixamos de votar.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar a Ciretran de Querência do Norte e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ no DA nº 166/2001, de 12/11/2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 585/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ricardo Maia, visa autorizar o Governo do Estado do Paraná a criar a Ciretran de Querência do Norte e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos n°s 251 e 252, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 253 e 254, de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 255, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 256, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 257 e 258, de autoria do senhor deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 259 a 262, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 264 e 265, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 267, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 268, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 269, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 270 a 273, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 274 e 275 de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 277 e 278, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 279 e 280, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 281, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Quero comunicar aos senhores parlamentares que a doutora Maria Tereza, que foi nomeada pelo governador Jaime Lerner, gostaria de fazer uma visita oficial à Assembléia, esta semana, usando a tribuna desta Casa,

para falar com os senhores parlamentares. O procurador ou a procuradora não é mais obrigado a ser sabatinado pela Assembléia Legislativa, mas ela, em respeito e consideração a esta Casa, quer vir conversar com os deputados.

Requerimento n° 266, de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Rejeitado.**

Verificação de votação, a pedido do deputado Durval Amaral.

Os deputados que aprovam o requerimento do deputado Nereu Moura, queriam levantar-se.

Quinze deputados.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Dezessete deputados rejeitam.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento n° 237, de autoria dos senhores deputados Ângelo Vanhoni, Algaci Tulio, Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Chico Noroeste, e demais deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelos autores.**

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, se V. Exa. me permite, nesse final de semana ficamos sabendo de quinta para sexta-feira, de um acordo realizado entre o Poder Executivo e as universidades estaduais em greve no Estado do Paraná. O Líder do Governo, deputado Durval Amaral, parece-me que participou de forma plena desses entendimentos.

Então, gostaríamos de saber qual é o relato e teor mais detalhados desse processo, porque a Comissão de Educação marcou uma audiência pública para segunda-feira, agora, dia 11, no entanto, como talvez não haja tanta urgência, gostaríamos de saber com mais detalhes, porque se assim for nós poderemos marcar de acordo com uma consulta que vamos fazer com os membros das universidades do ensino superior, talvez uma data para preparar melhor uma audiência pública e um bom debate aqui na Assembléia a respeito da autonomia universitária.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, deputado Ângelo Vanhoni, se me permite, é com grande satisfação que passo a expor rapidamente os termos de acordo firmado pela Liderança do Governo, pelo governador Jaime Lerner, pelo Secretário da Ciência e Tecnologia e pelas lideranças do comando de greve, que aliás estiveram toda semana, desde segunda-feira próxima passada até quinta-feira, em constantes reuniões conosco, onde conseguimos ao final de muitas rodadas de negociação, selarmos um entendimento com o comando de greve. Esse entendimento prevê que está sendo feito nesse momento um remanejamento na dotação orçamentária das próprias instituições de ensino superior, na ordem de 35 milhões de reais, que serão imediatamente repassadas para os servidores públi-

cos das instituições de ensino superior do Paraná, de tal sorte que a Secretaria de Ciência e Tecnologia e também o comando de greve estão elaborando, redesenhando a planilha a ser submetida ainda neste mês de março à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que procurará diminuir as diferenças, corrigir distorções que existam efetivamente dentro da carreira do quadro de funcionários e de professores, de maneira que aqueles que ganham menos poderão ser mais contemplados com reajustes.

Uma outra questão que ficou definida é que esses 35 milhões incidem basicamente em cima dos recursos que foram efetivamente repassados às universidades do Estado, na dotação de pessoal do ano passado, ou seja, o Estado abriu os números, quanto efetivamente ele gastou com as nossas instituições de ensino superior na despesa com o pessoal no ano passado, e acrescentará a esse valor, 35 milhões de reais, razão pela qual o governo assumiu um compromisso por solicitação do comando de greve de retirar a urgência que tinha na discussão e na votação da autonomia das universidades na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de forma, deputado Vanhoni, que o projeto, que para nós da Liderança do Governo seria encaminhado como um projeto em regime de urgência e que deveria ser votado o mais rapidamente possível na Assembléia Legislativa, perde a necessidade de votarmos com urgência.

Nós vamos discutir com os partidos de Oposição, vamos discutir com toda sociedade paranaense, será sugestão e gostaria até que V. Exa. fosse subscritor, que formássemos, senhor presidente, uma comissão composta por deputados, tanto da situação quanto da Oposição, que se dirigisse, às principais cidades do Paraná, no caso Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, colhendo sugestões de como se deve dar esta autonomia nas universidades. Mas uma coisa está entendido: sem que haja consenso no projeto, ele não será submetido a voto na Assembléia Legislativa.

Outros pontos que foram colocados, deputado Vanhoni é a segurança que terá o servidor público, que ganha menos de dois salários mínimos, que porventura com esses 35 milhões, que serão redistribuídos entre os servidores do Paraná, esses servidores que ganhavam até dois salários mínimos e que recebem normalmente cesta-alimentação, que é uma cesta-básica e o auxílio transporte, independentemente dos valores que sejam repassados, eles continuarão recebendo esses benefícios.

Além do que, o Governo e o comando de greve encerra reciprocamente todas as ações interpostas um contra o outro, ou seja, o governo dará baixa em todas as ações interpostas contra o comando de greve, que dará baixa nas ações interpostas contra o secretário de Ciências e Tecnologia, senhor Ramiro.

O Governo do Estado assume um compromisso de arquivar toda e qualquer sindicância ou inquérito administrativo aberto contra os líderes do comando de greve, e por sua vez estende esse compromisso, deputado Vanhoni

àqueles que foram atingidos por Sindicância posteriormente, por inquérito administrativo na greve no ano de 2000.

Então, conversei por telefone, hoje, logo após o almoço, com as principais lideranças do comando de greve, de Londrina, o César, de Maringá, Estela; de Cascavel, a Maria Lúcia e todos eles me informaram que foi, muito bem aceita a proposta assinada pelo comando de greve, por mim, pelo secretário Ramiro, enfim, pelo governo do Estado.

As greves nas universidades estaduais do Paraná estão encerradas e a partir de agora a grande preocupação é retomar as aulas e, ainda alguns pontos que nós poderemos discutir juntos.

Assim deputado Vanhoni, também faço um apelo a V. Exa. e ao presidente da Casa. Como temos mais tempo, poderemos discutir à exaustão, quem sabe, até com uma comissão composta por deputados da base Aliada, deputados de Oposição, percorrendo essas principais regiões do Paraná para que possamos formatar um consenso para discutirmos, depois encaminharmos à votação, a autonomia das nossas universidades.

Muito obrigado

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Só pediria a gentileza ao deputado Durval Amaral e ao deputado Ângelo Vanhoni, para que V. Exa. me tirasse uma dúvida.

Quando V. Exa. falava que os 35 milhões serão repassados basicamente pelo que entendi para quatro cidades, que seria Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, deixando fora a Unicentro, de Guarapuava, que não estava em greve.

Se for dessa forma, eu fazer um trabalho para que a Unicentro entre em greve, para que ela também receba a sua parte.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

O beneficiário de 35 milhões é extensivo a todas as instituições de ensino superior. Aquelas que estão em greve e as que não estavam também, caso contrário, estaríamos privilegiando um segmento, e isso seria um grande incentivo para que as outras entrassem em greve.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Eu agradeço a questão de ordem levantada pelo líder do governo, deputado Durval Amaral. Acho que esclarece bastante a respeito da negociação envolvendo tanto a Universidade, quanto o Governo do Estado.

Acho que a solução é boa. Boa, não para o governo e não boa apenas para a universidade, mas é boa para o Paraná, para a sociedade. A prestação de serviço e a produção de conhecimento que essas universidades realizam em nosso Estado é de fundamental importância para o nosso crescimento. Já estavam há 5 meses parados.

Está de parabéns V. Exa. que intermediou um processo de negociação, e o governo do Estado, porque aten-

deu a demanda do ponto de vista de melhorar as condições de trabalho e o movimento que soube com grandeza, o momento de negociar e trazer uma solução para as universidades.

De nossa parte, só temos que dar os parabéns para as partes que estavam envolvidas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto os autores do requerimento se nós votamos o requerimento?

O SR. ÂNGELO VANHONI

Faço o seguinte encaminhamento: a Comissão de Educação tem autonomia para poder convocar uma audiência pública a respeito de qualquer projeto que esteja tramitando na Comissão de Educação.

Na realidade, quando ofertamos esse requerimento para ser referendado pelo conjunto do Plenário, era com o objetivo de engajar, que era de interesse de toda a Assembléia essa discussão, não apenas da Comissão.

Faço o seguinte encaminhamento, não sei se os deputados que subscrevem podem me acompanhar nesse encaminhamento de retirar este requerimento de votação, hoje, da Assembléia, fazer uma breve consulta às lideranças do movimento. Seguir aquilo que o deputado Durval Amaral acabou de sugerir aqui hoje, na Assembléia, de que nós possamos mais à frente fazer uma ampla discussão, com grande impacto na sociedade, sobretudo na comunidade universitária.

Então, senhor presidente, estamos retirando.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está retirado.

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para registrar nos Anais desta Casa, a presença do vereador de Londrina, Henrique Barros. Seja bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Devidamente registrado.

Requerimento nºs 240 e 241, de autoria dos senhores deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, constantes do expediente de sessão anterior. **Rejeitado**

O SR. MARCOS ISFER (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, não só este requerimento como outros dois que já estão sobre a mesa, parecem-me de extrema importância para toda sociedade paranaense.

Quando foi anunciada a privatização da Copel, ou a sua verticalização foram criadas uma série de empresas novas diretorias, enfim a população paranaense não conhece exatamente o número de diretorias que esta empresa hoje possui, quanto paga para seus servidores, quanto paga para seus diretores. Como é uma empresa que permanece estatal por uma vontade do povo parana-

ense e por uma decisão do governador, anunciada de público, acho muito importante que ela se torne também transparente, que ela traga a todos nós essas informações vitais, para que possamos fiscalizá-la como empresa pública, e para que ela possa continuar sendo uma empresa exemplo, como tem sido até o momento.

Da mesma forma, os outros requerimentos a respeito, por exemplo, de dados com contratações havidas para sua privatização, que os jornais chegaram a anunciar contratações de escritórios com valores bastante elevados e que não foram fruto de licitação. Portanto não são de conhecimento público e deveriam ser.

Então, nós estamos pedindo estas informações. Eu tenho certeza que com a aquiescência do líder do governo, da bancada governista, nós vamos ter estas informações para que esta empresa, que continua pública, possa também continuar transparente, como é o desejo de toda população paranaense.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu peço licença até para discordar do meu colega de bancada, deputado Marcos Isfer, quando ele diz que pela vontade do governador a Copel não foi privatizada. Se dependesse da sua vontade, com certeza, a Copel já estaria privatizada. Na verdade foi uma luta do povo paranaense, uma luta de 26 deputados que bravamente resistiram aqui nesta Casa, e também do Poder Judiciário.

Agora, senhor presidente, senhores deputados, no encaminhamento desse requerimento, eu tenho certeza absoluta que a bancada do governo votará conosco, até porque, se nós recordarmos, deputado Durval Amaral, um dos argumentos usados por muitos deputados da base governista, que se diziam favoráveis à privatização, era que a Copel era uma empresa que estava sendo mal administrada, onde tínhamos lá funcionários que recebiam altos salários. Chegaram até a citar que existiam funcionários que recebiam salários três vezes maior que o do próprio governador, enfim que existiam vários abusos ocorrendo dentro da Copel.

Naquela ocasião eu até questionei que há 7 anos Jaime Lerner é governador do Estado e o presidente da Copel foi indicado pelo governador Jaime Lerner. Então, se existia essa má administração, cabia a responsabilidade ao governador e ao presidente da Copel. Mas a Copel não foi privatizada, graças a essa luta que falamos anteriormente. De qualquer forma, este alerta que os deputados da base governista nos davam dizendo que existiam diversos abusos e não abusos apenas na questão salarial mas também com altos vencimentos pagos a advogados que foram contratados. Chegaram a falar que um escritório de advocacia estava recebendo mais de 1 milhão de reais para defender os diretores da Copel de possíveis ações que eles sofreriam, no período de privatização. Como estas denúncias surgiram da base governista, eu acredito que nós teremos o apoio e vale a pena investigar, até porque a Copel continua pública, e nós

queremos que ela seja pública, transparente e uma empresa bem administrada, sem nenhum abuso.

Era isso, senhor presidente.

O SR. MARCOS ISFER

Eu falei em vontade do povo e recente decisão do senhor governador.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação os requerimentos quatorze (14) deputados aprovam. dezessete (17) deputados rejeitam. **Estão Rejeitados.**

Requerimento nº 238, de autoria dos senhores deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Apenas para registrar a presença na nossa sessão e aqui no Plenário, do deputado federal José Janene, presidente do PPB, nosso companheiro e amigo, e também do deputado Néelson Meurer. São deputados que nos visitam e que têm feito um brilhante trabalho em favor do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado nos Anais da Casa a presença de duas importantes lideranças políticas do nosso Estado.

Em votação o requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, como o processo de privatização da Copel foi uma decisão do governador do Estado do Paraná e o processo de não privatização da Copel, a vontade de não privatizar a Copel, foi uma decisão do governador Jaime Lerner, respaldado inclusive pelos deputados da base, que dão sustentação política ao governo, que aliás tem uma Emenda Constitucional protocolada na Casa e nos próximos dias deverá ser apreciada, nós achamos por bem, por um processo de transparência, aprovarmos o requerimento, não obstante que endereçado à Copel. Melhor talvez seria, deputado Cezar Silvestri, se fosse endereçado ao governador Jaime Lerner, porque ele é quem tomou a decisão de privatizar a Copel e a decisão de não privatizá-la, mas, nós vamos aprovar o requerimento.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, com todo o respeito ao líder do governo, deputado Durval Amaral, na verdade a grande decisão pela não privatização da Copel veio de 93% da população do Paraná, de 400 entidades que assinaram documentos e de um projeto primeiro na história do Brasil, que foi o projeto de iniciativa popular e a luta de 26 parlamentares nesta Casa, que com galhardia, com honra, com dedicação e com orgulho, defenderam o patrimônio do Estado do Paraná.

O Governador reconheceu, é bom que se diga que o processo de privatização era um processo desgastante, um processo que já recebia uma sinalização do governo federal que estava revendo toda esta situação. Portanto, não caberia mais ao Governo do Estado outra alternativa a não ser desistir. Mas isto aconteceu pela luta do povo do Paraná, por 26 parlamentares desta Assembléia e por 400 entidades, além de igrejas católicas, evangélicas, maçônica e tudo o mais que se possa imaginar que existe neste Estado do Paraná, senhor presidente.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Na realidade, senhor presidente, quero só acrescentar ao encaminhamento do deputado Algaci Tulio e contradizer as palavras do líder do Governo, porque o governador Jaime Lerner, mesmo contra a vontade da maioria do povo do Paraná, das entidades que representam tanto a produção quanto os trabalhadores, no nosso Estado e as entidades civis, o governador Jaime Lerner tentou realizar a venda da Copel. Por duas oportunidades o leilão não se realizou, em função dos problemas do mercado e foi essa, na realidade, a decisão do povo que acabou prevalecendo. Agora, recentemente o governador, bem orientado do ponto de vista do marketing político, aparece na televisão dizendo que está sustando o projeto e venda da Copel.

O povo do Paraná sabe que quem não vendeu a Copel foi o próprio povo. Se dependesse do governador do Estado e da bancada que lhe dá sustentação, a Copel teria sido vendida. Então, é para corrigir.

Na população pode ser que faça efeito, mas aqui entre nós a verdade precisa prevalecer mais do que qualquer efeito ilusionista, mais do que qualquer marketing político. Nós sabemos como é que funcionam as coisas.

O SR. DURVAL AMARAL

Deputado Ângelo Vanhoni, quero fazer um apelo a V. Exa. e ao deputado Algaci Tulio e perguntar a nossa emenda constitucional que veda a privatização não só da Copel, mas da transmissão...

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Para Encaminhar**)

Não votarei contra, deputado Durval Amaral e quero dizer que nem o governador e nem V. Exa. foram originais.

Primeiro, por que o governador do Paraná está seguindo o que o povo queria o que 26 deputados lutaram aqui aguerridamente para conseguir, 400 entidades e V. Exa. está copiando uma iniciativa de minha autoria que foi apresentada nesta tribuna no dia 6 de novembro, solicitando exatamente a emenda que V. Exa. está copiando e que nós reapresentamos no 1º dia agora desta legislatura.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu informo a V. Exa. que o assunto em pauta não é esse.

O SR. CESAR SILVESTRI

V. Exa. me desculpe, se eu fui citado, ele perguntou se eu votaria. Agora, até foi importante V. Exa. falar sobre o arquivamento. Nós não pedimos o arquivamento desta proposição até porque o senhor presidente Hermas Brandão dizia que ele não aceitaria nenhum projeto, e eu o consultei publicamente naquela ocasião. É só olhar as notas taquigráficas do dia 6 de novembro, que ele não aceitaria nenhum projeto que tratasse da questão da Copel, naquela legislatura. Foi por esta razão que no primeiro dia útil desta legislatura, nós apresentamos esta emenda e como disse V. Exa. não foi original, e copiou da minha pessoa.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Apenas para responder o líder do Governo, deputado Durval Amaral.

Com muito prazer vamos votar favorável, mas pena que vem fora de hora. A emenda do deputado Durval Amaral e dos demais deputados está igual à mudança do Tribunal Superior eleitoral com relação às eleições. Veio depois que o jogo já terminou. Deveria ter sido apresentada naquele dia histórico, no dia em que os estudantes invadiram esta Casa e vieram clamar em favor da não venda da Copel. Seria o dia oportuno para desistir da venda da Copel e apresentar a emenda que se apresenta neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/2000.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 006/1999.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 406, 429/2000, 012 e 063/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 024, 029, 311 e 585/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 128, 180 e 396/2001.

Marco ainda uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 005, 025, 028, 032, 046 e 047/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 028/2002

conceder a JUSTA PRADO DE OLIVEIRA, beneficiária do ex-deputado Joaquim Néia de Oliveira, falecido em 24 de janeiro de 2002, pensão mensal estabelecida pela lei nº 4.763/63, com o valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002.

(Prot. nº 741/2002)

Palácio XIX DE DEZEMBRO, em 05.02.2002

Atos da Diretoria Geral

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 22/2002

prorrogar à disposição no Tribunal de Alçada, do servidor deste Poder Legislativo, LUIZ FRANCISCO DE FREITAS, matrícula nº 40.922, até 31 de dezembro de 2002, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 12652/2001)

PORTARIA Nº 23/2002

prorrogar à disposição da Prefeitura Municipal de Guaratuba, do servidor deste Poder Legislativo, JOÃO MARIA CAMARGO FERREIRA, matrícula nº 40.410, a partir de 01.01.2002, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 830/2002)

PORTARIA Nº 24/2002

colocar à disposição da Prefeitura Municipal de Guaratuba, o servidor deste Poder Legislativo, JOÃO ALBERTO ESPINOLA FERREIRA, matrícula nº 40.949, a partir de 01.01.2002, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 830/2002)

PORTARIA Nº 25/2002

prorrogar à disposição no Tribunal de Contas, do servidor deste Poder Legislativo, GIANNA DE SOUZA MARCONCIN, matrícula nº 40.876 a partir de 01.01.2002, SEM ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 832/2002)

PORTARIA Nº 26/2002

prorrogar à disposição no Tribunal de Contas, do servidor deste Poder Legislativo, HECTOR VINICIUS WAGNER, matrícula nº 40.754, a partir de 01.01.2002, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 833/2002)

PORTARIA Nº 27/2002

prorrogar à disposição no Tribunal de Justiça, da servidora deste Poder Legislativo, TEREZA CRISTINA A. CAMARGO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, matrícula nº 41.012, a partir de 01.01.2002, com ônus para o órgão d origem.

(Prot. nº 834/2002)

PORTARIA Nº 28/2002

prorrogar à disposição na Secretaria do Meio Ambiente, do servidor deste Poder Legislativo, JADERSON LUIZ STANGHERLIN, Engenheiro Florestal, matrícula nº 4776, até 31 de dezembro de 2002, para prestar serviços junto ao Instituto Ambiental do Paraná, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 835/2002)

PORTARIA Nº 29/2002

prorrogar à disposição na Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, do servidor deste Poder Legislativo, ALAN CASTELO BRANCO GRADOVSKI, matrícula nº 40.954, até 31 de dezembro de 2002, para prestar serviços junto ao Instituto Ambiental do Paraná, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 835/2002)

PORTARIA Nº 30/2002

prorrogar à disposição no Instituto de Saúde do Paraná (6º Regional de Saúde), do servidor deste Poder Legislativo, doutora ONI RIBAS BUENO, matrícula nº 40.705, até 31 de dezembro de 2002, para prestar serviços junto a Hemocentro de União da Vitória, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 836/2002)

PORTARIA Nº 31/2002

prorrogar à disposição da Secretaria de Estado dos Transportes, da servidora deste Poder Legislativo, MARIANA CAMAJOU CELLI, matrícula nº 40.255 até 31 de dezembro de 2002, para prestar serviços junto ao Departamento de Estradas e Rodagem- DER, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. nº 837/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, em 26.02.2002.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Atas de Comissão:**COMISSÃO DO MERCOSUL
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATIVA
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil, reuniu-se na cidade de Montevideú, a Comissão do Mercosul da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do senhor deputado Fernando Ribas Carli. Com o objetivo de participar da Primeira Reunião Plenária Extraordinária da União de Parlamentares do Mercosul, a presente reunião transcorreu conforme programa anexo. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelo senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, secretária desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

**COMISSÃO DO MERCOSUL
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATIVA
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil, reuniu-se na cidade de Mendoza - Argentina, a Comissão do Mercosul da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do senhor deputado Fernando Ribas Carli e com a presença dos senhores deputados Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral e Moysés Leônidas. Com o objetivo de participar da II Assembléia Geral Ordinária da União de Parlamentares do Mercosul, a presente reunião transcorreu conforme relatório anexo. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelo senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, secretária desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

**COMISSÃO DO MERCOSUL
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATIVA
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil, reuniu-se na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a Comissão do Mercosul da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a presidência do senhor deputado Fernando Ribas Carli e com a presença do senhor deputado Hermes Fonseca. Com o objetivo de participar do Encontro das organizações Interparlamentares no Mercosul, a presente reunião transcorreu conforme programa e notas taquigráficas anexas. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assi-

nada pelo senhor presidente, pelo senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, secretária desta Comissão.

(aa) FERNANDO RIBAS CARLI - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATIVA
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil, reuniu-se na sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do senhor deputado Nereu Moura e com a presença dos senhores deputados membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 566/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme. Relator - deputado Plauto Miró - parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Rosângela Alves Cardoso, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
Rosângela Alves Cardoso - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATIVA
ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 310/2000, 120/2001 e 454/2001, na sequência, o deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 567/2001 e 201/2000, o deputado Luiz Carlos Martins ao Projeto de Lei nº 571/2001 e o deputado Hermes Fonseca ao Projeto de Lei nº 559/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata,

que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATIVA
ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e um, na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Redação, sob a presidência do senhor deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 098/2000, 242/2001, 287/2001, 289/2001, 337/2001, 358/2001, 435/2000, 478/2001, 514/2001, 536/2001, 558/2001, 590/2001, 603/2001, 605/2001, 606/2001, 620/2001, 626/2001, 638/2001, 661/2001 e 706/2001, na sequência, o deputado Orlando Pessuti apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 036/2001, 519/2001, 602/2001, 605/2001, 607/2001 e 616/2001, e o deputado Tony Garcia ao Projeto de Lei nº 448/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Aos dezenove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dois, reuniu-se na Sala das Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos deputados Orlando Pessuti, Marcos Isfer, José Maria Ferreira, Hermes Fonseca, Algaci Tulio e Serafina Carrilho. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo senhor presidente, pelos senhores deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretaria de Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretaria